



Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.^a
(Orçamento do Estado para 2021)

PROPOSTA DE ADITAMENTO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as Deputadas e o Deputado abaixo assinados apresentam a seguinte proposta de aditamento à Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.^a:

«Artigo 165.º-A

Fundo Especial de Apoio ao Desporto

- 1- Em 2021, o Governo cria um Fundo Especial de Apoio ao Desporto, destinado a clubes e associações desportivas que se encontrem com dificuldades operacionais e de sustentabilidade em resultado da crise provocada pela COVID-19
- 2 - O Fundo referido no número anterior terá como principal foco o apoio de clubes e associações desportivas amadoras ou desporto não profissional, com especial ênfase no apoio aos escalões de formação, garantindo esse apoio a todas as modalidades desportivas que não recorram ao uso de animais na sua prática.
- 3 - O Fundo de Apoio ao Desporto referido nos números anteriores é financiado através da captação de uma percentagem das receitas das apostas desportivas à cota e do orçamento do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.»

Palácio de São Bento, 13 de Novembro de 2020

As Deputadas e o Deputado,

André Silva
Bebiana Cunha
Inês de Sousa Real

**Objectivos:**

A crise sanitária provocada pelo novo coronavírus SARS-COV-2, é uma crise da saúde pública, mas também uma crise socioeconómica que afeta os mais variados setores. O setor do desporto tem sido um dos mais afetados, quer pela especificidade das regras exigidas, quer pelo alongamento da suspensão da maioria destas atividades e que tiveram um impacto muito negativo nos clubes, nos salários e emprego dos profissionais, bem como na redução de prática física essencial à saúde e desempenho desportivos.

Em Portugal, existem centenas de milhares de praticantes desportivos federados, um número que se tem ampliado nas últimas décadas (de 489 mil 428 em 2008 para 667 mil 715 em 2018). A maioria destes praticantes desportivos estão agora impedidos de competir e/ou de treinar por imperativo das regras de saúde pública em vigor.

O papel deste setor na coesão territorial e no combate ao abandono das zonas de baixa densidade populacional é indiscutível. A par disso, os escalões de formação têm desempenhado uma função de combate ao abandono escolar, pedagogia de trabalho em grupo, desenvolvimento físico saudável e fortalecimento da saúde mental. Os impactos positivos nas políticas públicas e no bem-estar da população são evidentes e não podem, principalmente num momento de crise, ser escamoteados.

Nos últimos anos, antes desta crise, o investimento público em desporto já era baixo. Em 2018, tínhamos uma média de investimento de 52 euros por habitante, muito abaixo da média europeia, situada nos 108 euros por habitante. Esse baixo investimento crónico não fomenta uma cultura de desporto saudável tão necessária ao desenvolvimento individual e coletivo. Com a atual crise, é agora, mais do que nunca, essencial apoiar todas as associações e clubes desportivos, particularmente aqueles que comprovadamente tenham menor capacidade de sustentabilidade.